

## MARIA DE LOURDES PINTASILGO: ALGUMAS MEMÓRIAS

tradução de Eunice Macedo

Olof Olafsdottir

Maria de Lourdes Pintasilgo deixou-nos há alguns meses, no Verão de 2004. Quando recebi essa triste notícia, estava precisamente a escrever-lhe, pedindo que fizesse o discurso principal da Conferência de Abertura do Ano Europeu da Cidadania através da Educação<sup>1</sup>. O Conselho da Europa fazia questão de implicar nessa iniciativa e tinha-lhe dado o papel que ela merecia nessa ocasião. Ela tinha feito tanto pelo desenvolvimento da democracia na Europa, ao insistir no facto de que os seres humanos, tanto mulheres como homens, deveriam estar no centro de toda a acção política.

Sendo a primeira mulher a assumir as funções de Primeira-Ministra na Europa, ela não se contentou apenas em dar o exemplo, assumindo funções políticas. Ela encorajou constantemente as mulheres a participarem na vida política e pública, e ela própria se empenhou nos movimentos de mulheres. Estava convencida de que uma vez que as mulheres ocupassem os postos de tomada de decisão em número significativo, isso acarretaria, por meio de uma contribuição que lhes seria própria, a criação de um mundo melhor onde seria dada uma maior importância ao ambiente natural, à luta contra a exclusão social e ao respeito pelo ser humano. Para ela, as mulheres seriam o futuro da democracia.

\*\*\*

O meu primeiro encontro com Maria de Lourdes Pintasilgo remonta a Dezembro de 2003. Eu tinha começado a trabalhar como Chefe da Divisão de Igualdade entre mulheres e homens no Conselho da Europa alguns meses antes. Entre as tarefas que me foram confiadas, uma era particularmente interessante: tratava-se de elaborar um relatório sobre a democracia paritária sob a autoridade de um Grupo de especialistas composto de peritos de alto nível, oriundos de vários países europeus. Esse relatório devia estudar as ligações entre a democracia e a procura duma igualdade real entre mulheres e homens, tendo em conta o princípio da universalidade dos direitos da pessoa humana. Tratava-se, de facto, de estudar e explicar o conceito de democracia paritária, conceito que tinha nascido no Conselho da Europa alguns anos antes e que era ainda objecto de debates por vezes difíceis. Deveriam acompanhar esse relatório estratégias multidisciplinares tendo em vista a integração plena das mulheres na vida política e pública em pé de igualdade com os homens.

O Grupo tinha reunido no mês de Junho de 1993, antes da minha chegada à Divisão, e tinha então eleito Presidente Maria de Lourdes Pintasilgo. Era composto de dois profes-

1 «Aprender e viver a democracia», 13-14 de Dezembro de 2004, em Sófia, Bulgária.

sores de ciências políticas, Joyce Outshoorn (Países Baixos) e Elisabeth Sledziewski (França); de uma juíza sueca, Margareta Wastein (que também nos deixou recentemente de forma prematura) e de uma professora de sociologia, Sirkka Sirkkonen (Finlândia). Claudette Apprill, a minha antecessora na Divisão de Igualdade da Direcção dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, assistia igualmente às reuniões do grupo com o fim de trazer a sua grande experiência e conhecimento do assunto aos trabalhos. Tinha sido solicitado a outras universitárias, mesmo quando não faziam parte do Grupo, que fizessem estudos específicos em ligação com o grupo: Joni Lovenduski (Reino Unido), Inger Österdahl (Suécia) e Mariette Sineau (França). Se os membros do Grupo estavam todos convencidos de que a sub-representação das mulheres na tomada de decisão política e pública já não era aceitável, estavam longe de ser unânimes sobre a forma de o remediar, para alcançar uma representação equilibrada das mulheres e dos homens.

Ainda me lembro bem até que ponto fiquei intimidada com a ideia de ser secretária deste Grupo e sobretudo de ter que trabalhar de forma tão estreita com uma antiga primeira-ministra e redigir os relatórios das reuniões a que ela presidia.

Foi na reunião de 9-10 de Dezembro de 2003 que travámos conhecimento. Lembro-me ainda como a sua voz poderosa me impressionou, bem como o seu domínio perfeito das duas línguas oficiais do Conselho da Europa, francês e inglês. Ela presidiu a essa reunião, bem como a todas as outras, com diplomacia e firmeza. Maria de Lourdes Pintasilgo era uma mulher que inspirava muito respeito. Sabia o que queria e expressava-o de forma muito clara. Entretanto, dei-me rapidamente conta de que as minhas crenças estavam longe de ser fundadas: desde essa primeira reunião a corrente passou entre nós, e a nossa cooperação foi sempre extremamente enriquecedora e muito agradável para mim. Acontece-me frequentemente pensar nela, na sua inteligência, no seu humanismo, na forma convincente segundo a qual sabia transmitir o seu saber e ideias; a sua escuta dos outros. Ela foi sem dúvida uma das mulheres que mais me ensinou no decurso da minha vida profissional, apesar de não nos termos encontrado muitas vezes.

Nessa época, os Estados da Europa Ocidental iam-se juntando pouco a pouco ao Conselho da Europa. Reinava uma certa inquietude entre as mulheres que lutavam pela igualdade entre mulheres e homens pois tornou-se rapidamente aparente que o regresso à democracia nesses países não tinha sido acompanhado de um aumento da igualdade para as mulheres. Pelo contrário, a sua participação na vida política e pública tinha decrescido consideravelmente. O que é que isto nos ensinava sobre a democracia? Maria de Lourdes Pintasilgo sugeriu imediatamente que o grupo organizasse uma audição com as mulheres desses países antes de começar a redigir o relatório, de forma que os seus pontos de vista pudessem ser tidos em conta. Essas mulheres oriundas de países da Europa central e oriental vieram ao nosso encontro em Abril de 1994 e explicaram a situação das mulheres no período de transição para a democracia. Os seus pontos de vista foram tidos em conta no relatório final.

A redacção do relatório teve lugar no decorrer da Primavera e do Verão de 1994. Para ganhar tempo, fui visitá-la duas vezes a Paris. Lembro-me do seu pequeno apartamento na Rua de Vaugirard, quase austero, sem qualquer luxo. Penso que ela passava aí muito do seu tempo, durante esses anos. À partida, discutimos as linhas do futuro relató-

rio, entenda-se, na base das discussões do Grupo. Eu tomava notas, muito rapidamente, sempre um pouco inquieta com receio de não estar à altura da tarefa. Ela dizia-me: «agora, regressa a Estrasburgo, redige um primeiro esboço do texto e envia-mo por fax para eu o trabalhar de novo». E foi assim que trabalhámos.

Às vezes, o entusiasmo de Maria de Lourdes Pintasilgo fazia-a sair um pouco do quadro que nós tínhamos fixado. Eu nem sempre sabia o que deveria verdadeiramente reter para a redacção do relatório – que deveria ser examinado posteriormente pelos outros membros do grupo – e também se eu tinha compreendido tudo, porque ela podia, por vezes, tornar-se muito filosófica ao explicar as suas ideias. Pensando de novo nisso, agora, dou-me conta que as suas ideias eram frequentemente muito avançadas para o seu tempo e que ela falava de coisas que não estavam então na ordem do dia mas que o estão hoje.

Por ocasião dos nossos encontros em Paris, ela levava-me a almoçar em restaurantes próximos, restaurantes indianos e da Ásia oriental. Falava-me das suas visitas a estes países e conversávamos sobre a condição tão difícil da mulher em países como a Índia. Foi no decurso destas discussões que ela me falou dos seus receios face à mundialização crescente, face à tendência de reduzir toda a mercadoria ou valor a objectos de consumo, face à supremacia do quantitativo sobre o qualitativo e relativamente à falta de respeito pelo ambiente natural. Ela pensava que era crucial que as mulheres – no seu conjunto – participassem nas decisões sobre todas essas questões que lhes dizem particularmente respeito. Pelo contrário, ela expressava dúvidas em relação à participação única de uma elite de mulheres na tomada de decisões. Ela temia que as mulheres pertencentes a elites não prestassem suficiente atenção às outras mulheres, de tal modo marginalizadas e discriminadas, e que se contentassem em copiar as ideias e o comportamento dos homens.

O relatório foi corrigido e finalizado nas reuniões que tiveram lugar em Estrasburgo, em Outubro e Dezembro de 1994. As discussões entre as peritas foram por vezes difíceis pois que se todas partilhavam a ideia de que não existe uma verdadeira democracia sem a participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão política e pública, elas não eram unânimes sobre as medidas a adoptar para conseguir isto. O relatório final é o fruto de um compromisso entre as duas correntes principais que conduzem à paridade: por um lado, a via mais institucional, com a instauração de limiares de paridade e de medidas positivas, concretamente, reformas constitucionais e cotas; por outro lado, a estratégia de terreno privilegiando o trabalho das mulheres nos partidos políticos, nos parlamentos, nos sindicatos e nas ONGs. Lembro-me da grande alegria de Lourdes Pintasilgo quando o Grupo se deu conta, durante o período em que estava reunido a discutir o relatório, que o primeiro governo paritário, compreendendo onze ministras mulheres e onze ministros homens, tinha sido formado na Suécia por Ingvar Carlsson. Ela quis de imediato que o Grupo enviasse uma mensagem de felicitações ao senhor Carlsson, o que foi feito.

O relatório foi apresentado em Fevereiro de 1995, aquando da conferência preparatória do Conselho da Europa na 4.<sup>a</sup> Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as mulheres<sup>2</sup>.

2 Conferência «Igualdade ou democracia: utopia ou desafio?», Estrasburgo, 5-7 de Fevereiro de 1995.

Causou algumas perturbações entre certas feministas que pensavam que se tratava de uma reivindicação da paridade do essencial da diferença sexual. Mas a maior parte compreendeu bem que se tratava de uma reflexão nova sobre a relação de poder entre mulheres e homens e sobre o facto de que o modelo masculino, sempre apresentado como abstracto e neutro, favorece os homens e orienta as estruturas sociais que marginalizam as mulheres. O relatório explicava claramente que uma democracia sem as mulheres é não somente injusta mas também incompleta. Propunha uma concepção nova da democracia, considerada como um processo dinâmico e tendo uma dimensão sexuada. Este também inspirou profundamente os trabalhos do Conselho da Europa sobre a participação equilibrada de mulheres e homens na vida política e pública, especialmente na Recomendação (2003) 3 do Comité dos Ministros sobre a tomada de decisão política e pública.

\*\*\*

Quis o azar que Maria de Lourdes Pintasilgo não tenha podido apresentar o relatório por ocasião da Conferência acima referida, porque estava doente e não se pôde deslocar. No entanto, tinha preparado uma intervenção sobre este tema, intervenção essa que figura nas actas da conferência e que foi apresentada pela delegação portuguesa (Pintasilgo, 1995) por ocasião da Conferência.

A última vez que nos vimos foi assim aquando da última reunião do grupo de especialistas, em 15 e 16 de Dezembro de 1994. Mas mantivemos o contacto. Alguns meses mais tarde, pedi-lhe que escrevesse um artigo sobre a democracia paritária para uma publicação do Conselho da Europa sobre democracia e ela aceitou. Este artigo, que lhe permitiu apresentar um ponto de vista mais pessoal acerca da democracia paritária, resume bem as discussões que tínhamos tido durante o ano de 1994 sobre esta questão. Permite compreender o seu pensamento sobre este problema tão importante e situá-lo no contexto da época (Pintasilgo, 1996). Ela esperava, com todo o empenho, que a operacionalização da paridade contribuísse para uma melhor coesão social e para a segurança democrática.

Eu gostaria, para terminar, de citar um dos últimos parágrafos deste artigo, que me parece resumir bem as suas ideias:

«Na experiência milenar das mulheres, vivida no interior da sua opressão, e constituinte desta condição, há elementos importantes, mesmo vitais, para a sobrevivência das sociedades. Estes elementos são ingredientes que a democracia não poderá dispensar. Numa época em que não se cessa de pedir que a liderança seja exercida com competência e compaixão, a experiência adquirida na preocupação responsável pelos outros, que tantas mulheres possuem, não pode perder-se. Ela deveria tornar-se, ao contrário, um material para a democracia. O primado absoluto da pessoa humana ganharia com isto. É a resposta às exigências do próprio ritmo de vida que pode dar uma nova face às políticas orientadas para a pessoa, isto é, ao primado do social nas políticas públicas.

Aliás, como é que as metas do desenvolvimento social poderiam ser atingidas sem que os novos actores sociais contribuam para elas através da sua experiência? A

democracia paritária, tendo ultrapassado a exclusão fundadora, embora não explícita, das mulheres do contrato social, terá de encontrar o caminho em direcção à aplicação coerente do princípio da equidade em direcção à não-discriminação e à aceitação positiva das diferenças».

Esta mensagem tão importante que ela nos deixou continuará, espero, a guiar aqueles e aquelas que trabalham para a igualdade entre mulheres e homens, que é, também, o futuro das nossas sociedades.

### Referências Bibliográficas

- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1995), «Participation égale des individus et des groupes: le défi de la démocratie paritaire», in Actes de la Conférence «Egalité et démocratie: utopie ou défi», Éditions du Conseil de l'Europe.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (1996), «La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?», in «Les Enjeux de la Grande Europe: Le Conseil de l'Europe et la sécurité démocratique», Éditions La Nuée Bleue/Éditions du Conseil de l'Europe.